

Limites à audácia

PAÍS PARECE INCAPAZ DE SUPERAR A HERANÇA MALDITA DO REGIME MILITAR

MARCELO DE PAIVA ABREU

Os 40 anos do golpe militar servem de estímulo para, com o benefício do distanciamento, tentar avaliar rupturas e continuidades na vida política e econômica do País em uma ótica de prazo mais longo. Do lado político, a julgar pelo que se tem lido em algumas análises, a passagem do tempo ainda não foi capaz de reduzir a disparidade entre interpretações dominadas por paixões e interesses setoriais. O clamor das "massas" e a defesa da hierarquia continuam a ser brandidos para justificar a ruptura da ordem constitucional, ao fim de longo processo de erosão do compromisso dos militares com a democracia. De outro lado, subestima-se o descontrole que caracterizava a etapa final do governo João Goulart.

Menos frequentes têm sido as referências à economia no regime militar. O modelo de escolha de vencedores da idade do ouro da substituição de importações havia permitido que o PIB per capita crescesse à taxa anual de 4,4% durante os 20 anos antes da crise de 1963. Mas os desequilíbrios macroeconômicos tornaram-se críticos no início dos anos 60 e a inflação herdada pelo regime militar rondava os 100% anuais. Em 1964-67, o PIB per capita cresceu à taxa de 1,2% ao ano. Foi o preço a pagar para reduzir significativamente a inflação. Mas, logo depois, entre 1967 e 1974, a economia cresceu como nunca, atrelada ao boom mundial. Com o governo mantendo o clima de pau-na-máquina e com dívida externa em franca expansão, o PIB per capita ainda cresceu nos anos 70 ao ritmo pré-1963. Entre 1967 e 1980, a golden age econômica do regime militar, o PIB per capita aumentou 118%. Quando, em 1979, foi considerada a possibilidade de se adotar política econômica mais prudente, em face do novo aumento do preço do petróleo, prevaleceu a "estratégia" de crescimento a qualquer custo. O resultado foi, nas palavras de Mário Henrique Simonsen, um "estrondoso fracasso". A economia ainda cresceu em 1980, mas depois entrou na maior recessão da história brasileira, com o PIB per capita caindo mais de 12% até 1983 e só voltando a crescer em 1984. A inflação anual, herdada na casa dos 40% em 1979, "estabilizou-se" em indecentes 200%.

Houve alguma "imaginação reformista" sob Castelo Branco que, depois, recuou para o fundo do palco em meio ao entusiasmo com o crescimento. É difícil detectar esforço sustentado para criar sistema de incentivos que não fosse baseado em decisões discricionárias. O regime militar foi de continuação e não de ruptura em relação às políticas pré-1964. O Estado aumentou em importância e a proteção continuou alta. Novos

instrumentos de ordenha do Estado foram criados ou ampliados: crédito subsidiado, renúncias fiscais e subsídios às exportações. O regime militar acreditava na escolha de vencedores. O que o diferenciava dos predecessores na esfera econômica é que julgava, erroneamente, que sabia escolher melhor. A crise macroeconômica do início dos anos 80 foi a crise do modelo de escolha de vencedores recauchutado depois de 1964.

O legado do regime militar à primeira administração civil em 1985 foi lamentável. Após sucessivos fracassos, só em 1993-94, com o Plano Real, a herança inflacionária do regime militar foi controlada de forma estável. Mas, a despeito de importantes reformas estruturais, abandonando-se em grande medida as políticas discricionárias, o crescimento continuou comprometido pelas dificuldades políticas de se pôr em ordem o lado fiscal. Entre 1980 e 2003, o crescimento econômico do País foi pífio, com o PIB per capita crescendo apenas 0,5% ao ano.

O governo FHC, especialmente no segundo mandato, teve o mérito de não abrir mão da estabilização como condição necessária, ainda que longe de suficiente, para que se almejasse o relançamento do desenvolvimento sustentado do País. Por uma combinação de circunstâncias, nem todas fora do seu controle, houve menos sucesso nas reformas e políticas horizontais que permitissem o aumento do investimento e a melhoria da qualidade do gasto público.

No terreno político, a vitória de Lula consolidou os avanços na normalização da vida política do País, após os traumas de 1964 e 1968. No terreno econômico, a estratégia do novo governo endossa a visão macroeconômica do período FHC. Mas o fracasso na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento tem colocado a gestão macroeconômica sob feroz ataque. Há enormes pressões, na coalizão governamental e fora dela, para que uma política monetária mais "flexível" cumpra o papel de produzir, com rapidez, resultados que as outras políticas não têm produzido.

Trilhar este caminho seria um erro. A recuperação do nível de atividade que decorreria de política macroeconômica mais frouxa, sem políticas setoriais eficazes - idealmente horizontais - que promovam o crescimento, não teria possibilidade de sustentação. E tornaria atraente o progressivo abandono da prudência na gestão macroeconômica. No seu período inicial, o governo Lula deveria ter investido muito mais em criar clima propício à gestação e implementação de políticas de desenvolvimento econômico e social que permitissem a exploração plena das oportunidades que estão sendo criadas por condições macroeconômicas e externas afinal favoráveis. Iludiu-se quem pensou que a racionalidade pudesse ficar circunscrita à área econômica, enquanto o resto do governo patinava. Se o governo está confuso sobre o que fazer, pelo menos deve ter clareza sobre o que não fazer. Ter dúvidas não deve ser justificativa para concluir, de novo, que falta audácia à política econômica.

Marcelo de Paiva Abreu, doutor pela Universidade de Cambridge, é professor titular do Departamento de Economia da Puc-Rio, em licença sabática